

O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DIÁLOGO ENTRE A BNCC, O DCRC/CE E OS CURRÍCULOS MUNICIPAIS

Maria da Penha Vaz dos Santos¹; Glauciana Alves Teles²

¹Mestranda do Curso Mestrado Acadêmico em Geografia, CCH, UVA;
mariadapenhavazdosantos19@gmail.com

² Professora do Mestrado Acadêmico em Geografia, CCH, UVA.
glauciana@hotmail.com

Resumo: A pesquisa se propôs a analisar o ensino de Geografia a partir das particularidades locais, tomando como referência a Base Nacional Comum Curricular, o Documento Curricular Referencial do Ceará e a parte diversificada do currículo do município de Itapajé/CE. Tratou-se de uma pesquisa documental e interpretativista, cujo objetivo foi analisar como o ensino de Geografia está sendo pensado no município de Itapajé, a partir das determinações da Base Nacional Comum Curricular. Nessa perspectiva, definimos os elementos presentes em todos os documentos para, em seguida, analisar as distinções encontradas. Como resultado, identificamos que os três documentos se assemelham, havendo, portanto, uma reprodução teórica e metodológica parcial da normativa nacional. No que concerne ao componente de Geografia, os documentos se distanciam do viés crítico que essa ciência propõe.

Palavras-chave: Currículo; Educação básica; Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O desejo e a concretude de um documento que normatizasse a instrução escolar no Brasil são antigos, remetem à constituição de 1988, que, em seu artigo 210, torna obrigatória a produção de uma normativa que assegurasse um conteúdo mínimo para todo o ensino fundamental, respeitando as particularidades existentes nas macrorregiões do país. Homologada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi formalizada enquanto normativa que padroniza o ensino brasileiro e reformula a concepção de ensino no país com o anseio de estabelecer o acesso igualitário ao conhecimento em todo o território.

Delimitação do estudo, a Geografia se classifica como um conhecimento essencial e necessário para a formação crítica cidadã. De modo geral, o ensino de Geografia se dedica à análise e reflexão do espaço geográfico nas mais diversas escalas, além de oportunizar a formação intelectual de indivíduos que sejam capazes de questionar e modificar a sociedade em que vivem.

Como normativa, a BNCC direciona e prescreve o conhecimento no país, no caso do ensino de Geografia essa normativa estabeleceu mudanças teóricas e metodológicas que diretamente interferiram nos currículos estaduais e municipais, logo a BNCC e o DCRC reconfiguraram os currículos municipais e incluíram encaminhamentos voltados para a Geografia local. Assim, o objetivo é analisar os elementos do ensino de geografia na BNCC e no DCRC, buscando identificar os

possíveis diálogos entre os dois documentos, tal como as mudanças e adequações no currículo do município de Itapajé, considerando as suas particularidades locais.

METODOLOGIA

Buscando responder às inquietações iniciais escolhemos para a realização do estudo o método qualitativo e o uso de procedimentos de caráter bibliográfico. O desenvolvimento da pesquisa se deu mediante etapas. Inicialmente, definimos como critérios de análise elementos presentes em todos os documentos, ainda que sob nomenclatura distinta para, em seguida, analisar as distinções encontradas a partir da leitura de Pereira (1988), que trata do histórico da Geografia como disciplina escolar e Araújo (2012), que discute a formação do pensamento geográfico e o ensino de Geografia a partir de uma abordagem histórico-curricular. Para isso, delimitamos como *corpus* desta pesquisa as relações entre unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades dos componentes curriculares dos anos finais do ensino fundamental.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para entender como ocorreu o processo de construção da BNCC e como se deram essas mudanças no currículo escolar brasileiro desde seu planejamento e execução, é preciso identificar o currículo como uma prática construída pelo diálogo entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos e professores (PEREIRA E SOUSA, 2016), ou seja, se trata de um conjunto de ações com finalidade educacional.

A BNCC teve como propósito universalizar os conteúdos e objetivos do ensino no território nacional. Cabe destacar, que na Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), já se assegurava a construção de uma base única que estabelecesse conteúdo mínimo para o ensino fundamental, mas que respeitasse as diferenças culturais existentes (BRASIL, 2017). A BNCC ressignifica os conceitos de competência e habilidades apresentados desde os Parâmetros Curriculares nacionais.

De maneira geral, a BNCC foca na contextualização do conteúdo, ou seja, o documento fixa os anseios de um componente que centralize o conhecimento no aluno e o torne protagonista, ativo e criativo para que assim ele possa construir novos rumos sociais. O ensino de Geografia nessa normativa procura estimular a construção do raciocínio geográfico que se define como a compreensão dos aspectos que fundamentam a realidade (BRASIL, 2017), para a BNCC o aluno deve ser visto como sujeito ativo na construção da sociedade em que vive, sendo capaz de edificar um pensamento espacial que permita enxergar, interpretar e representar o mundo.

Em conformidade com a BNCC, em 2019, foi criado o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) que se apresentou como um instrumento que viabiliza “reconhecer a imensa e plural diversidade do Ceará” (p.28) e garante aos discentes o direito a um conjunto de conhecimentos e habilidades comuns, assim como aponta que através das orientações apresentadas busca “reduzir as desigualdades educacionais existentes no Ceará, nivelando e, principalmente, elevando a qualidade do ensino” (CEARÁ, 2019, p.18).

No DCRC, o diferencial se encontra na inclusão em seu corpo teórico-metodológico de objetos de conhecimentos específicos que se caracterizam pelo aprofundamento de conteúdos, conceitos e processos já delineados pelos objetos de conhecimentos na BNCC. Para o ensino de Geografia, o documento propõe a

construção do raciocínio geográfico a partir do espaço de vivência do aluno, e do entendimento que esse espaço se liga a uma totalidade.

Para a análise da parte diversificada do currículo analisamos o que propôs o município de Itapajé para a rede de ensino municipal. O município em questão está localizado na mesorregião norte do estado. Em alinhamento com as propostas da BNCC, professores e gestores planejaram a parte diversificada do currículo municipal, a fim de fomentar as peculiaridades culturais locais que pudessem ser acrescentadas ao currículo.

Pereira e Sousa (2016) apontam que a parte diversificada do currículo é construída mediante o debate entre escola e professores sem que haja interferência por organismos do estado em âmbito macro. Assim, a parte diversificada do currículo de Itapajé procurou atender aos anseios de uma educação que se inicia no local de vivência do aluno e em suas singularidades, no qual considerou as especialidades e a culturas próprias das comunidades e instituições educacionais.

Para um melhor entendimento do que confere especificamente os objetos de conhecimento do componente de Geografia no DCRC e sua relação com o que indica a BNCC, partimos da análise do 6º ano do ensino fundamental. Nesse caso, a BNCC define como unidade temática *O sujeito e seu lugar no mundo* e como objeto de conhecimento a *Identidade sociocultural*, que se estabelece no DCRC através de objetos específicos que se constituem a partir da categoria de paisagem. Importante destacar que, assim construídos, os objetos de conhecimentos deveriam se relacionar com a formação de habilidades do componente de História (EF06HI05), que propõem a reflexão sobre as transformações da paisagem a partir de diferentes sociedades, como os povos indígenas e africanos (BNCC, 2017). Observamos que se encontram nessa abordagem o que o instrumental considera como basilar para as ciências humanas: o tempo e o espaço.

Quadro 1: Objetos de conhecimento no DCRC.

Objetos de conhecimento	Objetos específicos
Identidade Sociocultural	Estudo da Paisagem: elementos naturais e elementos culturais; Estudo das transformações espaciais dos lugares de vivência.

Fonte: DCRC (2019).

No exemplo, o DCRC encaminha os conteúdos essenciais que devem ser ensinados e indica como habilidade (EF06GE01) do componente, o uso da comparação como metodologia para a identificação das transformações das paisagens, em síntese a habilidade se refere a “Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos (BNCC, 2017, p. 385)”. No entanto, percebemos que as metodologias puramente descritivas e comparativas não sejam suficientes para a compreensão da complexidade que envolve a categorização da paisagem, pois fica de fora o posicionamento crítico sobre ela, uma vez que a paisagem se caracteriza como construção e acumulação de elementos de diferentes tempos históricos (SANTOS, 2004).

Em resposta aos documentos citados, o município de Itapajé delineou conteúdos diversos que devem ser incluídos como essenciais para o ensino de Geografia na rede municipal, devendo as escolas propor projetos pedagógicos para a relação desses conteúdos com outras áreas do conhecimento. O documento prescreve como objetos de conhecimentos locais: a identificação e descrição dos elementos do meio físico, social e

cultural, entretanto não especifica em que momento os conteúdos devem ser utilizados e nem tão pouco sobre como o alinhar com o geral, tornando-se responsabilidade do professor adequar, no ambiente escolar, tais objetos de acordo com os seus próprios conhecimentos didáticos.

Dividido em anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, o documento traça conteúdos pertinentes ao ensino de Geografia no que confere a parte diversificada do currículo, no qual preserva um ensino fragmentado da ciência geográfica (cf. Quadro 2) e a permanência da memorização como atividade prioritária no processo de ensino-aprendizagem, caracterizando um ensino não dialogado que compromete a formação da criticidade dos alunos.

Quadro 2: Componente de Geografia na Parte Diversificada do Currículo de Itapajé.

Anos iniciais	Anos Finais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização geográfica do município de Itapajé e subdivisões (distritos); ▪ Municípios limítrofes; ▪ Hidrografia e recursos hídricos; ▪ Distribuição e tratamento de água do Açude João Lira Magalhães; ▪ Paisagens urbana/rurais e suas transformações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Localização geográfica do município de Itapajé e subdivisões (distritos); ▪ Municípios limítrofes; ▪ Mapas geográficos; ▪ Características geográficas (área, população e densidade); ▪ Demografia; ▪ Relevô, Clima e Vegetação; ▪ Localização geográfica dos pontos turísticos; ▪ Transformações espaciais da cidade; ▪ A construção do espaço da zona urbana e seus fatores de transformações; ▪ Estudo do espaço rural do município: agricultura, pecuária; êxodo rural. ▪ Economia local (fontes de renda, comércio, indústria).

Fonte: Itapajé (2019).

Por fim, comparando as três normativas educacionais, identificamos algumas similaridades. Inicialmente, identificamos em todos os documentos a proposta de uma Geografia que ultrapasse as barreiras descritivas e possibilite aos discentes a formação de um pensamento espacial crítico. Da mesma forma, a criticidade se torna uma das grandes preocupações em todos os documentos, quando destaca que o ensino de Geografia se desprenda da descrição e se pautar na reflexão, a partir das diversas realidades. Na parte diversificada do currículo de Itapajé se evidenciou o trabalho docente pautado em projetos pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez ressaltada a importância dessa ciência para a formação do indivíduo, identificamos que a BNCC determina o conteúdo mínimo que deve servir de “base” para a (re) formulação dos currículos de cada unidade federativa e o repensar curricular local. Em linhas gerais, mesmo com nomenclaturas diferenciadas, o DCRC e a parte diversificada do currículo, não apresentam distanciamento teórico do que inicialmente é elencado pela BNCC, tornando-se uma reprodução teórica e metodológica da normativa. No que tange a parte diversificada do currículo, no ensino de Geografia, se predomina na centralidade dos conteúdos da BNCC e na vaguidade teórica da Geografia do local de vivência.

Através dessa pesquisa identificamos que o ensino de Geografia nos documentos analisados é firmado no tecnicismo de conteúdos, na precariedade conceitual e na falta de aprofundamento teórico dos objetos de conhecimentos. Portanto, ambos os documentos normativos (BNCC e DCRC) e a parte diversificada do currículo continuam a formular uma Geografia cristalizada com ideais acrílicos e descritivos, ao

invés de estimular a construção do pensamento crítico e reflexivo como proposto na problematização de cada documento.

Esse estudo oportuniza uma reflexão sobre o que propõe a BNCC, o DCRC e a parte diversificada do currículo e as lacunas das propostas vigentes para o ensino de Geografia no país, desde a escala local até a nacional. Sua importância se dá pelo fato de haver nos documentos intenso diálogo teórico e metodológico, e poucas mudanças no que tange a parte diversificada do currículo. Ademais, o estudo em questão busca auxiliar na compreensão da existência de um ensino de Geografia que carece de atenção nos documentos normativos e curriculares, no qual indicamos a necessidade de uma maior atenção para estudos voltados para a temática em questão.

AGRADECIMENTOS

A prof^a. Dr.^a Glauciana Alves Teles pelas orientações e relevantes contribuições para a construção da pesquisa. Ao Grupo de Pesquisa Geografia, Ensino e formação docente vinculado ao Laboratório de Pesquisa e Ensino de Geografia (LAPEGEO) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2020.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC)**. Governo do Estado do Ceará. 2019. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/02/DCRC_2019_OFICIAL.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2020.

ITAPAJÉ. **Parte diversificada do Currículo de Itapajé**, Secretaria Municipal de Educação, 2019.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. SOUSA, Jorge Luis Umbelino de. PARTE DIVERSIFICADA DOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: que política é essa? **Espaço do currículo**, João Pessoa, Set/Dez, 2016, v. 9, n. 3, p. 448-458.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004. 4. ed.